

VOZ OPERÁRIA

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

Nº Especial - Abril de 1977 - Crs. 1,00

EXTRA

Editorial

Violência contra anseios do povo

Mais uma vez — fato comum de nossa história depois de 1964 — a ditadura recorre à violência e ao arbítrio tentando esmagar os anseios de liberdade que se manifestam em toda a Nação. Diferentemente do que quis fazer crer o ditador Geisel, o fechamento do Congresso não se dirige apenas contra a oposição parlamentar. Ele é, de fato, um episódio no processo de pressão e intimidação contra as forças democráticas em seu conjunto, visando a impedir que eleições diretas em 1978 pudessem reafirmar que a única «minoria ditatorial» no País é a que ocupa os postos de poder. Longe de significar sua capacidade de resolver o impasse político, assim como de tirar a Nação do clima permanente de crise social e econômica em que a mergulhou, este ato de força do regime é, em verdade, um autorealhecimento de seu isolamento crescente.

Diante de tal conjuntura, o que se deve propor então às forças democráticas? Como tarefa permanente, nos parece fundamental a busca obstinada, assim como o reforçamento contínuo, da unidade em torno da luta pelo fim do regime atual e o estabelecimento de uma democracia plena, assim como a ativação da solidariedade entre os diversos setores da oposição. Se existe um consenso em nosso País hoje, ele certamente se dá em torno da certeza de que atos institucionais, cassações, prisões e assassinatos de democratas não podem ser um método de governo. Mas há que encontrar proposições justas para a complexa fase atual.

Neste sentido, o último Pleno do Comitê Central do PCB, realizado poucos dias antes do golpe, se reveste de especial importância. Os documentos nele aprovados são instrumentos valiosos na luta que se deflora. Uma luta que se orientaria, agora, pela denúncia do caráter golpista do recesso do Congresso, um episódio num processo de violências cujo referencial é a sucessão do ditador de plantão; pela ampliação da frente antiditatorial em todos os setores, principalmente nos mais atingidos pelas últimas medidas escoradas no AI-5, tais como a magistratura e os parlamentares. Lutas, enfim, pela defesa dos espaços políticos conquistados, através de esforço para a mobilização das massas. A realidade já demonstrou que ela impõe sua legalidade e obriga a ditadura a recuar.

PLENO DO COMITÊ CENTRAL DO PCB (Março, 1977)

Resolução Política

1. O Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro, em sua reunião plenária concluiu que nosso País atravessa uma situação cuja gravidade não pode ser subestimada. Em todos os setores da vida nacional multiplicam-se as evidências de falência da política econômica e social que o regime fascista impôs ao País. A ditadura começa a apresentar uma série de brechas e se torna, assim, cada dia mais instável, vulnerável e também ameaçadora. São muitas, no momento, as manifestações que indicam o aumento do número dos que não confiam nas medidas tomadas pelo governo ou na capacidade deste para deter a inflação, o endividamento da nação, o alto custo de vida, a corrupção e outros fenômenos negativos que tomam pesadas e difíceis as condições de existência da esmagadora maioria da população.

Tudo isto denota os primeiros sintomas de exaustão do regime. Mas não significa, até aqui, que a ditadura esteja moribunda. Ela ainda dispõe de forças suficientes para contra-atacar, e seus contra-ataques podem ser violentos. Não devemos, portanto, nos iludir quanto às suas possibilidades de recuperação.

Em face a uma situação tão complexa, um momento carregado de tensões, o Comitê Central indica não só aos comunistas, como também aos demais antifascistas e democratas, a necessidade de estarem atentos para as mudanças mais ou menos bruscas que podem ocorrer no panorama político do País. Mudanças que se podem dar tanto no sentido da ampliação de espaços que permitam travar a luta contra a ditadura, com maior desenvoltura, como no «endurecimento» do regime, com o reforçamento da repressão e o incremento da violência fascista contra as massas. Neste último caso, é necessário atuar com segurança e habilidade a fim de resguardar, contra os golpes da reação, tanto o Partido quanto o movimento e a organização das massas. São estas indicações que visam dar à nossa ação a firmeza e flexibilidade necessárias, seja para impedir a acomodação e a passividade, seja para evitar a precipitação e a aventura.

2. O Pleno salientou o fato de que continuaram a crescer o descontentamento e as lutas do povo contra a política de ditadura e a ampliar-se o movimento nacional de oposição ao regime.

A classe operária prosseguiu em sua luta contra a política salarial do governo, pelo direito de greve, pela liberdade sindical, recorrendo à arma da greve, declarada ou disfarçada, para obter aumentos salariais e

antecipações dos reajustamentos. O fato de que a classe operária continua limitando suas formas de luta econômica a reivindicações de reajustamentos salariais superiores aos índices oficiais e às greves parciais e de curta duração indica que persistem as insuficiências de suas forças para romper as poderosas barreiras que o regime arguiu contra sua atividade. Mas a repetição, em novembro passado, da mesma manobra votada com que se manifestara contra a ditadura nas eleições de 1974, confirma que a classe operária continuou a sustentar uma firme atitude oposicionista ao regime e que é, de longe, a força social que mais compactamente se manifesta nessa posição. Confirma-se também que, em difíceis condições e em ritmo não acelerado, o processo de unidade intersindical não deixa de avançar nos grandes centros industriais do País, sendo a manifestação coletiva de 40 sindicatos mineiros na defesa de uma plataforma reivindicatória comum o exemplo mais conhecido dos últimos meses.

As lutas dos assalariados agrícolas estão assumindo um novo nível, destacando-se o dissídio coletivo vitonoso de 1 milhão e 300 mil trabalhadores — o maior já ocorrido no País — que revelou o grande potencial de luta dos 8 milhões desses trabalhadores do campo brasileiro.

A política agrária da ditadura, da qual uma componente importante é a entrega de vastas áreas de terras a grandes empresas nacionais e estrangeiras, está agravando bruscamente a situação social nas áreas de chamada «fronteira agrícola» do País, onde dezenas de milhares de antigos «posseiros» estão sendo expulsos de suas lavouras e em grande número dos casos têm resistido ao esbulho de armas na mão. Elemento importante da luta dos «posseiros» na defesa de suas terras é que ela vem se fazendo apoiada nos sindicatos de trabalhadores rurais e contando com o apoio local da Igreja, com o que evita seu isolamento social e político.

Os mais recentes pronunciamentos da CNBB e do CIMI deixam claro que a Igreja Católica, no Brasil de hoje, está em conflito com o regime de violência e arbítrio existente no País. Por suas posições em defesa das massas do campo, pela luta que trava pela preservação dos indígenas brasileiros e de sua cultura, por suas atitudes enérgicas em defesa dos direitos humanos, contra as torturas e a censura; contra a doutrina fascista de «segurança nacional», pela liberdade e a justiça, a Igreja Católica tornou-se uma força importante na luta contra a ditadura e

(segue)

Resolução política (cont.)

pela democracia no País.

Verifica-se também um sensível avanço das lutas dos estudantes, das mulheres e dos intelectuais. O movimento estudantil está se reanimando e volta a expressar publicamente suas reivindicações. A mulher brasileira levanta com maior vigor a luta em defesa de seus direitos no trabalho, na família e na sociedade em geral e seu protesto contra a contínua deterioração do nível de vida de seu lar, reivindicando e debate mais ativamente seus problemas.

O recente manifesto entregue ao governo, assinado por 1046 intelectuais, dá uma prova contundente de que a maioria dos representantes da cultura brasileira repudia o regime de força e obscurantismo que lhe foi imposto pela ditadura fascista.

Cresceu o descontentamento das camadas médias urbanas e amplos setores de empresários pequenos e médios, que haviam acreditado no «milagre brasileiro» e num futuro de prosperidade, e é conhecido o mal-estar e o desacordo existentes entre os militares com o papel de carrasco do povo que o regime, apoiado na doutrina de «segurança nacional», lhes atribui, assim como com a política entreguista que ele põe em prática em relação ao petróleo e outras riquezas nacionais.

Os resultados eleitorais de 15 de novembro último confirmam o avanço do movimento oposicionista no País. Apesar de todas as limitações impostas pela ditadura à atividade eleitoral da oposição, apesar do caráter local das eleições, apesar da debilidade orgânica do MDB e das vacilações e tendências adesistas existentes em seu seio, o povo foi capaz de manifestar seu descontentamento com a situação reinante no País. A condenação da ditadura, principalmente pela massa trabalhadora dos centros urbanos e industriais mais importantes do País, é a conclusão fundamental que se deve tirar das eleições de 15 de novembro último.

Os acontecimentos deste último ano revelam que a oposição vem crescendo e se fortalecendo; revelam que o povo está insatisfeito com a situação reinante no País, principalmente com a carestia, os salários de fome e a falta de liberdade; revelam que a classe operária está contra a ditadura. Demonstram, enfim, que a resistência antifascista começa a colher os primeiros frutos de sua prolongada e difícil atividade.

Ampliam-se assim, de forma clara, as condições para se avançar no processo de formação de uma ampla frente antifascista e patriótica, capaz de enfrentar e liquidar a ditadura militar fascista.

3. O Pleno salientou que, diante da crescente vulnerabilidade e instabilidade política do regime e do fortalecimento da oposição, forças consideráveis tanto na Arena como entre os grandes empresários e no seio do próprio governo, passaram a criticar aspectos fundamentais do regime fascista e a procurar um outro caminho que resguarde mais seguramente seus interesses econômicos e políticos de classe. Os conflitos e divisões dentro da Arena e do próprio regime são um fato que já não pode ser ocultado.

Além dos fatores internos, a situação internacional contribuiu grandemente para o desgaste da ditadura e crescimento da luta antifascista. O agravamento da crise geral do capitalismo, o nível atingido pela luta de classes no mundo capitalista, as vitórias do movimento de libertação nacional e os

éxitos alcançados pelo países socialistas estão deteminando, no cenário internacional, o aparecimento de uma correlação de forças bem mais favorável à luta pela paz, pelo progresso social, pela democracia e pelo socialismo. Essa nova situação, como não poderia deixar de acontecer, põe a sua marca em tudo o que ocorre na vida política brasileira. Muitas marchas e contra-marchas da ditadura se explicam a partir da evolução da situação internacional que, nas suas linhas mestras, não favorecem nem a política da reação interna, de consolidação e expansão de fascismo, nem ao esforço do imperialismo para sustentar tal política. E isso, ao lado de outros fatores, explica a substituição da política das fronteiras ideológicas pela do «pragmatismo responsável», o reconhecimento do governo do MPLA em Angola, o voto contra o sionismo na ONU, etc.

O descontentamento cada vez maior das amplas massas, o avanço do movimento de oposição nacional ao fascismo, e o consequente estreitamento das bases de sustentação política do regime configuram, no País, uma situação que se encaminha para uma crise política. Diante dessa situação, uma das tendências do governo Geisel é a de adotar novas medidas de repressão, desencadear mais terror contra o povo, na tentativa de intimidar e fazer recuar a oposição. Outra tendência é a de, em troca de pequenas concessões à oposição, promover uma barganha com os setores adesistas desse, para incorporar o AI-5 à Constituição e evitar eleições diretas para governadores em 1978.

É importante destacar a recente manobra tentada pela ditadura em torno da denúncia do já obsoleto acordo militar Brasil-Estados Unidos, de 1952. Não é difícil ver aí a intenção do governo de despertar no País uma onda chovinista e, com base nisso, atrair para seu lado a simpatia de setores indecisos da oposição e das forças armadas.

4. Frente ao perigo real de uma escalada da reação, o Pleno chama os comunistas a orientarem nosso povo no sentido de colocar-se em condições de oferecerem efetiva resistência à ditadura e de ampliar os espaços já conquistados. Quanto à tentativa de barganha com os setores menos consequentes da oposição, temos a dizer que essa manobra quando muito poderá prolongar por mais algum tempo a crise do regime.

Nosso Partido está seguro que não será possível nenhuma saída da crise em favor das grandes massas sem a sua mobilização, em particular da classe operária. Um acordo nacional só terá condições de superar o regime fascista e normalizar a vida do País se tiver como base a plena vigência das liberdades democráticas e a consequente garantia dos direitos dos trabalhadores. A saída da crise exige, por isso, uma política firme e unitária das forças de oposição em torno daquilo que deve ser seu objetivo: a implantação de um regime democrático no Brasil.

Os comunistas precisam, nesse sentido, realizar esforços para que a oposição se coloque decididamente pela manutenção do calendário eleitoral, pelas eleições diretas em 1978, pela anistia e, ao mesmo tempo, prosseguir e ampliar o combate contra o AI-5, a censura, a repressão e o terrorismo.

O Pleno insiste em que os comunistas reitem uma vez mais o apelo do Partido a todas as forças sociais e correntes políticas de oposição para que, juntas, encontrem formas e caminhos de realizar uma luta uni-

da contra a ditadura, a partir de um acordo em torno de algumas reivindicações centrais que lhes sejam comuns.

Os comunistas, ao participarem desse esforço pela unificação das forças antiditatoriais, deverão sempre levar em conta os pontos constantes da plataforma apresentada pelo Partido na Resolução Política de dezembro de 1975.

5. A convergência das forças e correntes antiditatoriais, que receberam grande impulso com as campanhas eleitorais da oposição, em 1974 e 1976, continua hoje se manifestando e crescendo no amplo movimento de opinião pública contra o regime e pelas liberdades democráticas que se estendem por todo o País.

Juntamente com a tendência espontânea à unidade, que vem se traduzindo na resistência e oposição à ditadura, existe um outro lado importante que precisamos destacar. Trata-se da idéia, há muito exposta e defendida pelos comunistas, da necessidade de uma frente antifascista e patriótica. Esta idéia e, mais do que isso, a ação e o esforço realizados pelo Partido a fim de concretizá-la estão concorrendo para dar à convergência das correntes de oposição uma dimensão mais ampla e uma nova qualidade.

O Partido considera que as coincidências conseguidas até aqui, tanto nas lutas realizadas como no movimento de opinião pública, são uma base segura, a partir da qual os comunistas devem continuar seus esforços para fazer avançar ainda mais o processo em curso de formação da frente que propõem a fim de tomar vitoriosa a luta pela liquidação da ditadura e pela conquista de um regime de amplas liberdades democráticas para o povo.

Começando pelo movimento operário e sindical, nas fábricas e outros locais de trabalho, passando pelo movimento camponês, estudantil, feminino, juvenil e religioso, devemos, em toda parte e sem desprezar qualquer oportunidade, estabelecer contato com e entre as lutas e movimentos que tendem, como é normal nas condições atuais do Brasil, a desaguar no leito comum do combate à ditadura. Trata-se, portanto, de orientar a ação do Partido segundo as diretrizes reiteradas na Declaração de janeiro último da Comissão Executiva do Comitê Central.

Este é o caminho que devemos seguir. Só uma tal ação poderá coroar de êxito os esforços dos comunistas orientados à formação de uma frente antifascista e patriótica, instrumento capaz de transformar a liquidação do fascismo num movimento de grande envergadura, numa verdadeira revolução antifascista e democrática.

É este, igualmente, o caminho que ajudará o PCB a se recuperar dos golpes contra ele desferidos. Nas duras condições em que lutamos hoje, é necessário defender, em todas as oportunidades, principalmente no seio das forças antiditatoriais, o direito à vida legal do PCB.

Manifesto à Nação

No momento em que o Brasil atravessa uma crise cujas consequências e alcance são reconhecidos por todas as correntes políticas nacionais, os comunistas dirigem-se à Nação, com o objetivo de, ao lado de todos aqueles interessados na conquista da democracia, propor uma alternativa para a situação político-institucional em que o regi-

(segue)

Manifesto (cont.)

me resultante do golpe de 1964 colocou o País.

O ponto de partida para a compreensão do processo que se desenvolve no Brasil reside na incompatibilidade crescente entre os anseios dos mais variados setores da população, favoráveis à existência de um regime que garanta as liberdades fundamentais, e a política posta em prática pelo fascismo, que continua a fazer do arbítrio e do terror os métodos correntes de exercício do poder. Alarga-se, de maneira visível, o fosso entre a imensa maioria da Nação e o regime ditatorial, tornando-se assim evidente que fracassaram todos os esforços feitos até hoje pelos sucessivos governos militares, de Castelo Branco à Geisel, no sentido de criar um quadro institucional estável. A institucionalização do fascismo não foi possível, ela se chocou, ao longo do tempo, e de modo inconciliável, com a resistência que se originou no seio da sociedade.

Chegou-se, portanto, a uma situação cuja gravidade não pode ser subestimada. Em todos os terrenos da vida nacional multiplicam-se as evidências de falência da política global que o regime fascista impôs ao País. A orientação econômico-financeira, que, através da propaganda realizada em torno do «milagre econômico», tinha conseguido atrair algumas parcelas das camadas médias, mostra-se incapaz de debelar os males que afligem a economia nacional.

Deficits sucessivos na balança comercial e o endividamento que atingiu elevadas proporções levaram as contas externas a uma situação alarmante. Os desequilíbrios observados na distribuição da renda, resultado de uma política salarial que golpeou duramente a classe operária e os setores de baixos salários, conduziram as massas trabalhadoras a um estado de miséria crescente, em que a degradação do poder aquisitivo se evidencia de ano para ano. Ao mesmo tempo, acentuaram-se os desequilíbrios regionais e agravaram-se as disparidades entre os diversos setores da economia, numa ótica de desenvolvimento em que a busca do lucro máximo funcionou de maneira desenfreada.

Assistiu-se a um processo sem precedentes de concentração na economia brasileira, sufocando a pequena e a média empresa, e que teve como resultado a criação de um forte setor monopolístico. Este setor, originando-se da estreita ligação entre os consórcios e corporações multinacionais — que fizeram do Brasil o seu terreno privilegiado de investimentos — de um lado, e os monopólios nacionais, de outro, controla os ramos decisivos da produção. O fluxo constante e inteiramente descontrolado dos investimentos externos acentuou a desnacionalização e permite o controle estrangeiro dos setores mais rentáveis da economia.

O quadro social reflete, de maneira clara e insofismável, as contradições que o desenvolvimento capitalista selvagem gerou, no curso do tempo. As condições sanitárias, habitacionais e de escolaridade da imensa maioria dos brasileiros e brasileiras se deterioraram agudamente. A marginalização e a miséria das massas rurais, fruto de uma exploração sem limites do trabalho agrícola, atingiram níveis quase insuportáveis. A instalação de unidades industriais e a expansão da fronteira agrícola são realizadas de modo desordenado e inescrupuloso, provocando a destruição do meio ambiente e levando à extinção dos indígenas ainda existentes em território brasileiro. O crescimen-

to urbano se dá sem que as regras mínimas de planejamento sejam observadas, o que faz com que, nos grandes centros, aumente sem cessar a poluição, assim como as demais mazelas que deles são características: sub-habitação, transportes impraticáveis, marginalidade, delinqüência.

O cerceamento da liberdade de criação artística, o truncamento sistemático do debate, o impedimento da livre circulação das informações necessárias à formação da opinião pública colocaram a intelectualidade num estado de marginalização que a política do regime só fez acentuar nos últimos tempos.

Está claro, para a grande maioria do povo brasileiro, que o regime atual, representante de interesses profundamente minoritários, não tem condições de levar a cabo as transformações que o País necessita. Está patenteada a sua incapacidade de solucionar os problemas que o processo de desenvolvimento brasileiro coloca neste momento. E, mais que isto, este regime não fez senão agravar as distorções existentes na sociedade brasileira antes de 1964.

Este conjunto de fenômenos indica que o regime se encontra numa situação extremamente vulnerável. Sua vulnerabilidade e isolamento são tanto mais visíveis na medida em que se multiplicam as tomadas de posição contra o governo, emanadas dos mais diversos setores, correntes e instituições nacionais.

Manifestos, como o dos intelectuais; tomadas de posição, como a da Igreja Católica, da direção do MDB e de setores empresariais de São Paulo, são outros tantos elementos que vêm somar-se às manifestações permanentes de resistência que partem da classe operária e das camadas populares, de modo geral.

É evidente que a Nação não aceita a tutela que a ditadura militar-fascista pretendeu impor-lhe e se manifesta no sentido da implantação de um regime de amplas liberdades democráticas. O conjunto das forças de oposição é convergente no momento em que a questão da democracia se coloca, e esta questão penetrou em todos os escalões da sociedade brasileira. É, pois, num quadro de aumento do grau de convergência das forças de oposição e de multiplicação das pressões em favor de uma solução democrática que se dá a crise do regime.

Diante desses elementos, que indicam claramente a vontade da grande maioria da população, que faz o governo e que saídas ela imagina para afastar a crise engendrada por 13 anos de existência de um regime ditatorial?

A indefinição suspeita dos últimos meses frente a questões como a das eleições de 1978, que acentuou vivamente a tensão reinante no País, podem suceder-se acontecimentos de grande importância. É possível que o governo tente enfrentar a crise por meio de uma solução de força que implicaria, na prática, num recurso à legislação arbitrária elaborada pelo fascismo para a edição de um novo ato institucional que regule o calendário eleitoral e a sucessão presidencial.

Mas, é igualmente possível que, sentindo seu isolamento, Geisel e sua equipe tentem chegar a um acordo com setores da oposição. Em troca de algumas concessões menores, o governo poderia, assim, obter a incorporação do Ato Institucional à Constituição, as questões das eleições de 1978 e da sucessão presidencial sendo, neste caso, objeto de barganha entre o governo e

os partidos políticos.

O caminho da superação da crise, a para que se poupem ao povo brasileiro novos sofrimentos, não passa por nenhuma destas duas soluções. Ele passa, ao contrário, por uma política firme e unitária das forças de oposição, em torno daquilo que é comum a todas elas: a implantação de um regime democrático no Brasil. A adoção de uma solução de força só teria, como resultado, o aumento a médio prazo, da tensão latente nas relações entre o poder e as correntes políticas, acentuando o isolamento do regime fascista. Um acordo que envolvesse setores da oposição só faria enfraquecê-la e dividi-la, sem dar, ao mesmo tempo, a ditadura a base que ela necessita para aplicar sua política antinacional.

Hoje, mais do que em qualquer outro momento desde 1964, a unidade dos diversos setores oposicionistas na luta pela democracia é fundamental. Qualquer tentativa de resolução do impasse institucional a partir de um setor isolado poderá se transformar num erro de graves consequências. Esta unidade deve abranger as diversas lutas setoriais — desde as reivindicações específicas da classe operária, dos trabalhadores do campo e dos diversos grupos profissionais, assim como dos estudantes e das mulheres — e os problemas políticos mais gerais que a atualidade coloca, como a defesa das eleições diretas em 1978.

Nesta unidade há lugar para todas as forças e correntes políticas e de opinião que desejam a substituição do atual regime. A Igreja Católica, pela sua importância na vida nacional e na medida em que vai acolhendo e veiculando o sentimento e aspirações das grandes massas de nosso povo, adquiriu, hoje, lugar de inegável destaque neste conjunto. Passou a haver correspondência entre o peso das massas católicas na sociedade brasileira e a presença de sua Igreja no campo da democracia.

A convergência de todas essas forças constitui a base para o avanço no processo de formação de uma frente antifascista e patriótica que dará à luta contra o regime fascista novo impulso e novas dimensões.

Nós, comunistas, não somos partidários de um agravamento contínuo da tensão social e política como método de resolução de crises. O caminho que propomos é outro, e se apoia na aspiração básica da imensa maioria da Nação: a democracia. O sentimento dominante em milhões de brasileiros exprime-se, atualmente, de duas maneiras: o repúdio ao atual estado de coisas e a vontade de que o Brasil ingresse numa nova fase, caracterizada pelo respeito às liberdades individuais e pelo reconhecimento do direito de organização e expressão das correntes políticas e de pensamento. E este sentimento terá que ser, necessariamente, o ponto de partida para qualquer solução com vista a um ordenamento democrático da vida nacional. O que propomos, pois, neste momento, é algo que se encontra profundamente entalhado na consciência da Nação, ou seja, a necessidade do estabelecimento de um regime político diferente do atual. Um regime que permita às diversas forças em presença no cenário político do Brasil — inclusive o PCB — discutir e apresentar alternativas para os problemas básicos que o processo de desenvolvimento do País coloca.

A solução destes problemas não é monopólio de nenhuma força, corrente ou partido político. É só através de ampla confron-

(segue)

tação, no debate democrático, de forças políticas livremente organizadas, exprimindo os diversos interesses e projetos existentes na sociedade brasileira, que se poderão apresentar rumos e fixar soluções que convenham ao povo. E isso só poderá ser feito na medida em que desapareçam os mecanismos autoritários, como o AI-5, que permitem ao regime se manter no poder, e sejam asseguradas as condições para a livre organização das massas e dos partidos políticos e a livre manifestação e expressão do pensamento.

O regime a que os brasileiros aspiram deve garantir às Forças Armadas uma posição importante na construção da democracia e na defesa da soberania popular. Não estimulamos, em nenhum momento, ódios ou ressentimentos que, em nome de um civilismo abstrato, só tem como consequência a divisão do País. O que é necessário é que se compreenda que o regime atual, baseado na marginalização do povo da vida política, econômica e cultural, é necessariamente instável e precário e não responde aos imperativos da soberania e da independência nacionais.

O processo de construção da democracia brasileira não pertence, isoladamente, a nenhum grupo, classe ou setor de nossa sociedade. Mas ele não poderá ser empreendido sem a participação ativa daqueles setores que criam as riquezas do País e que mais duramente sofreram com a ausência da democracia dos últimos anos: a classe operária e as massas trabalhadoras do campo. Um regime democrático, no Brasil, poderá promover aquilo que é um dos anseios mais permanentes de nosso povo: a reconciliação nacional. Mas esta reconciliação só poderá se dar dentro da democracia e reconhecidos os legítimos direitos de organização sindical e política, e de participação nos negócios do País das camadas populares e do proletariado. Não há reconciliação possível a partir do arbítrio que exclui o povo do processo político.

O momento exige a unidade de todas as forças oposicionistas, desde as massas trabalhadoras até as correntes organizadas de opinião e de atuação política. A ampliação e a consolidação da oposição democrática só serão possíveis se a unidade já alcançada não for desfeita e se for mantida a resistência às manobras ou golpes de força que certamente virão do campo da ditadura. Este é o ponto de partida para que se possa avançar.

Nota do PCB sobre questões atuais das relações entre Brasil e EUA

A ditadura brasileira, diante de seu crescente isolamento, procura utilizar-se das posições assumidas pela nova administração norte-americana, contrárias ao Acordo Nuclear do Brasil com a RFA e à violação dos direitos humanos pelo regime imperante no Brasil depois do golpe de 1964, para desencadear no País uma campanha chovinista, com o objetivo de enganar o povo e ampliar

sua base social e política. No que diz respeito ao Acordo Nuclear, a posição do presidente Carter, ao se pronunciar contra a venda ao Brasil de usinas de enriquecimento de urânio e a utilização de plutônio, reflete a contradição inter-imperialista, entre monopólios alemães e norte-americanos.

Os comunistas brasileiros, a respeito do Acordo Nuclear do Brasil com a RFA, desde a assinatura deste, assumiram posição clara. Deixaram estabelecido que não são contrários à utilização da energia nuclear, pelo Brasil, para fins pacíficos, embora não vejam no referido Acordo, uma solução que se ajuste aos interesses e às necessidades presentes e futuras do País. Por outro lado, vemos na atitude do governo brasileiro, ao negar-se a assinar o Tratado de Não-Proliferação de Armas Atômicas, o objetivo condenável de preparar-se para fabricar armas nucleares no Brasil, objetivo que atende também ao interesse inconfessável da RFA. A posição do PCB é, pois, de lutar para que o Brasil assinasse aquele Tratado — garantia política indispensável para impedir que o governo brasileiro atual transforme o País numa base para a fabricação de armas nucleares. A não assinatura desse Tratado contraria a política de distensão mundial, aumenta o perigo de envolvimento de nosso povo num conflito mundial, com gravíssima ameaça tanto para o seu futuro como para os demais povos irmãos da América Latina. Mais de cem Estados já assinaram o Tratado de Não-Proliferação de Armas Atômicas, nada justificando, portanto, que o Brasil não faça o mesmo.

No que concerne à defesa dos direitos do homem, tanto o presidente Geisel como o governo dos EUA exploram essa exigência dos povos com a finalidade política de mascarar sua prática constante de violação desses direitos.

O presidente Geisel não tem nenhuma autoridade para apresentar-se como defensor da soberania nacional.

Na realidade, a política que executa caracteriza-se pelas facilidades dadas aos monopólios internacionais para dominar a economia nacional, seja entregando as riquezas naturais ao capital estrangeiro, seja violando a lei do monopólio estatal do petróleo ou facilitando a crescente desnacionalização de numerosos ramos da produção brasileira.

A declaração da ditadura brasileira contra a possível denúncia, pelo governo norte-americano, da violação dos direitos do homem no Brasil, é um gesto demagógico do governo de um regime arbitrário e violento, que tortura presos políticos, seqüestra e assassina democratas e patriotas e impede a livre manifestação e expressão do pensamento, a fim de manter o País numa situação de dificuldades e sacrifícios para o povo e de super lucros e vantagens ilimitadas para os monopólios nacionais e estrangeiros. É evidente, assim, que o presidente Geisel teme, nesse caso, que a pressão da opinião pública nos Estados Unidos leve a atual administração de Washington a referir-se, ainda que hipócrita e timidamente, aos crimes cometidos contra os cidadãos brasileiros pelo aparelho de repressão de seu governo.

Por sua vez, o presidente Carter dificilmente pode mascarar o real objetivo político que tem em mira ao proclamar-se defensor

dos direitos do homem. Como chefe de um Estado que realiza uma política agressiva e imperialista, responsável ainda ontem pela guerra criminoso contra os povos da Indochina; de um Estado que estimulou, preparou e ajudou o desencadeamento de golpes militares em muitos países da América Latina, desde a Guatemala até o Brasil e o Chile; a fim de implantar ditaduras militares e regimes fascistas no Hemisfério Ocidental, o presidente dos Estados Unidos não tem qualquer credencial para apresentar-se no cenário mundial como defensor dos direitos do homem. Qualquer cidadão da América Latina sabe hoje que os golpes militares executados em vários países do Continente, assim como as ditaduras por ele instauradas, com o concurso ativo da CIA, foram realizadas para garantir que os povos continuem sendo explorados principalmente pelos monopólios locais e norte-americanos. Fica claro, portanto, que o atual ocupante da Casa Branca visa a objetivos bem diversos: confundir e dividir as forças partidárias da paz e, assim, dificultar a aplicação das decisões de Helsinqui, e amortecer o processo de distensão internacional. É igualmente evidente que é com tal finalidade — às vésperas da reunião de Belgrado — que levanta uma campanha difamatória contra a URSS e outros países socialistas. A crítica à violação dos direitos humanos na América Latina não passa, portanto, de uma manobra diversionista para encobrir o antisovietismo da campanha empenhada pelo presidente Carter.

Mas não é o governante de um país onde se verifica a exploração capitalista, uma cruel discriminação racial, o gangsterismo, os escândalos como o de Watergate, o desemprego e a miséria para milhões de trabalhadores que se pode arvorar em defensor dos direitos humanos na União Soviética. O presidente dos Estados Unidos não tem, por isso, autoridade moral para atacar a URSS, país onde se eliminou a exploração do homem pelo homem e se construiu uma sociedade socialista. Os trabalhadores brasileiros, como de resto os trabalhadores de todo o mundo, sabem que a União Soviética, ao mesmo tempo que alcança níveis de progresso material e espiritual, assegura ao seu povo o direito ao trabalho, à saúde e à instrução. Assegurou, enfim, a igualdade nacional e social para todos os povos que habitam o imenso território da URSS. É nestas conquistas que se apoia a democracia socialista — uma democracia política, econômica e social.

O PCB, nesta oportunidade, chama o povo a intensificar sua luta pelas liberdades democráticas e pela paz, exigindo que o governo brasileiro assinasse o Tratado de Não Proliferação de Armas Atômicas. Simultaneamente, é preciso intensificar o combate ao anticomunismo e ao antisovietismo. É este, sem dúvida, um momento em que os comunistas precisam apontar e exaltar a experiência e a trajetória histórica da União Soviética e demais países socialistas. Tanto na construção e solidificação de uma sociedade nova, como na aplicação consequente de uma política de paz mundial, de solidariedade para com os povos que lutam pela libertação nacional, pela democracia e pelo progresso social.

O Comitê Central do PCB

Março de 1977

LEIA, REPRODUZA E DIVULGUE ESTA VOZ OPERÁRIA